

Buscar

Raul Almeida da Paz

E-mail

Contatos

Agenda

Tarefas

Preferências

Drive

Re: Esclarecime

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Apagar

Spam

Ações

**Re: Esclarecimento - Pregão Eletrônico nº 14/2019**

De: Raul Almeida da Paz

Para: João Neto Jequitibá Engenharia

Cc: rpaz

Prezado licitante,

Em resposta ao questionamento abaixo apresentado, informo que os profissionais anteriormente estabelecida no contrato, que observará o expediente do órgão contratador interior do Estado da Bahia para realização de avaliações, fiscalização de obras, esses profissionais receberão as ordens por meio do preposto da empresa contratada serão remunerados pela empresa contratada pelo TRE-BA.

Ou seja, verifica-se na atividade desenvolvida pelos profissionais a presença de Conforme se depreende do art. 3º da CLT, empregado é toda pessoa física que presta os profissionais alocados na prestação de serviços são empregados da empresa contratadora profissional autônomo nos postos de trabalho, pois o autônomo, por definição jurídica conta própria e com a assunção de seus próprios riscos, atuando na prestação de serviços para prestar serviços com habitualidade, pessoalidade e sob ordens - caracterizar empregado e como tal faz jus a todos os direitos trabalhistas que lhe são próprios. Considerando a possibilidade de responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços honradas pelo empregador, a equipe de gestão do contrato exigirá a comprovação de empregados. Serão, ainda, exigidas as comprovações de observância de todos os direitos. Portanto, pelos motivos acima delineados, responde-se ao pedido de esclarecimento autônomos nos postos de trabalho. Deverão ser alocados empregados ou sócios da empresa.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

De: "João Neto" <joao.neto@jequitibaengenharia.com.br>**Para:** "rpaz" <rpaz@tre-ba.jus.br>**Cc:** "Jequitibá Engenharia" <jequitiba@jequitibaengenharia.com.br>

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/04/2019 11:44:53

Por: RAUL ALMEIDA DA PAZ

TRE

**Esclarecimento 05/04/2019 11:00:38**

Prezado Pregoeiro, Viemos por meio deste, tempestivamente, solicitar esclarecimentos a respeito do Pregão Eletrônico nº 14/2019. Com relação aos profissionais alocados aos postos de trabalho será permitido o regime de contratação como profissional autônomo?

Fechar**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 05/04/2019 11:44:53

Por: RAUL ALMEIDA DA PAZ

**Resposta 05/04/2019 11:00:38**

Prezado licitante, Em resposta ao questionamento abaixo apresentado, informo que os profissionais alocados nos postos de trabalhos cumprirão jornada de 8 horas diárias e 40 semanais, previamente estabelecida no contrato, que observará o expediente do órgão contratante. Haverá, ainda, o deslocamento constante destes profissionais para municípios do interior do Estado da Bahia para realização de avaliações, fiscalização de obras, realização de levantamentos para elaboração de projetos e orçamentos etc. Ademais, esses profissionais receberão as ordens por meio do preposto da empresa contratada, que por sua vez, as receberá da equipe de gestão da contratação. Esses profissionais serão remunerados pela empresa contratada pelo TRE-BA. Ou seja, verifica-se na atividade desenvolvida pelos profissionais a presença de subordinação, onerosidade e não eventualidade, requisitos do contrato de emprego. Conforme se depreende do art. 3º da CLT, empregado é toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste. Portanto, os profissionais alocados na prestação de serviços são empregados da empresa contratada pelo TRE-BA para a execução dos serviços. Não há que se falar em alocação de profissional autônomo nos postos de trabalho, pois o autônomo, por definição jurídica, é aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com a assunção de seus próprios riscos, atuando na prestação de serviços eventual e não habitual. Nesta senda, a contratação de profissional "autônomo" para prestar serviços com habitualidade, pessoalidade e sob ordens - caracterizando a subordinação - pode caracterizar fraude, pois fica patente que o profissional é empregado e como tal faz jus a todos os direitos trabalhistas que lhe são próprios e sua contratação implicará na exigência de observância de todos os encargos legais. Considerando a possibilidade de responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços (a Administração) perante a Justiça Trabalhista pelas verbas trabalhistas não honradas pelo empregador, a equipe de gestão do contrato exigirá a comprovação de que os profissionais alocados nos postos de trabalhos foram contratados como empregados. Serão, ainda, exigidas as comprovações de observância de todos os direitos trabalhistas devidos e demais encargos exigidos por lei. Portanto, pelos motivos acima delineados, responde-se ao pedido de esclarecimento do licitante de forma negativa, isto é, não poderão ser alocados profissionais autônomos nos postos de trabalho. Deverão ser alocados empregados ou sócios da empresa contratada pelo TRE-BA. Atenciosamente, Raul Almeida da Paz Pregoeiro

Fechar**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 05/04/2019 11:44:53

Por: RAUL ALMEIDA DA PAZ